

CADEIA PÚBLICA. Comissão Interamericana, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), ainda não se posicionou sobre o caso

Pedidos incluem reforma da unidade, vedação de superlotação e atendimento diferenciado a adolescentes infratores Conselho Comunitário Penitenciário, em parceria com duas ONGs, solicitou medidas cautelares contra estado brasileiro

Órgão internacional recebe denúncia sobre superlotação

TADEU FERREIRA JR.

DA REDAÇÃO

O crônico problema da superlotação na cadeia pública de Guarujá, em péssimas condições estruturais, chegou ao presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Santiago Cantón, da Organização dos Estados Americanos (OEA). O órgão foi acionado através de uma denúncia de violação de direitos humanos com pedido de medidas cautelares contra o Estado Brasileiro, formulada pelo Conselho Comunitário Penitenciário de Guarujá e Vicente de Carvalho, em parceria com as organizações Conectas Direitos Humanos e Instituto Pro Bono, de defesa dos direitos humanos, sediadas na Capital. A denúncia retrata situação que já foi motivo de reclamações e até determinações judiciais que obrigaram a redução da população carcerária de Guarujá para no máximo 120 homens. Em dezembro de 2005, o juiz André Rossi, da 1ª Vara da Comarca concedeu liminar neste sentido que, porém, nunca foi cumprida, mesmo tendo sido reafirmada em sentença judicial no final de 2006. Dessa forma, o Conselho Penitenciário, a Conectas Direitos Humanos e a Pro Bono decidiram levar o caso à esfera internacional. Com sede em Washington (EUA), a CIDH ainda não se posicionou. Entre as solicitações, estão a reforma imediata da cadeia, a vedação de superlotação e a criação de um sistema integrado de atendimento aos adolescentes infratores, que permanecem mais de cinco dias à espera de sentença judicial. Isso deveria acontecer fora de um estabelecimento prisional para adultos, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

DESRESPEITO

O desrespeito aos direitos humanos em Guarujá é latente. De acordo com o presidente do Conselho Penitenciário, Luiz Fernando Barros Carlão, a média de permanência de menores apreendidos à espera da sentença de apenamento é de 15 dias, numa cela com capacidade para quatro pessoas. Quanto às más condições dos xadrezes em geral, um relatório do Ministério Público (MP), que motivou a ação do juiz Rossi, expôs o alto grau de comprometimento da unidade: infiltrações, umidade, falta de ventilação adequada, danos nas instalações elétricas e hidráulicas, proliferação de doenças infecto-contagiosas, perigo iminente de incêndio e falta de extintores carregados. Pesou também a ameaça constante de motins, rebeliões e até fugas, como a ocorrida em setembro de 2005, quando 35 amotinados fizeram dois reféns após uma tentativa de fuga frustrada. Tudo isso com o agravante de a cadeia estar situada em pleno centro de Guarujá. A denúncia à OEA acontece justamente no momento em que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) anuncia -- conforme reportagem publicada em 12 de abril último -- o processo de desativação da cadeia, em andamento. Atualmente, há menos de 40 homens lá, sendo que a superlotação já atingiu quase 400. A notícia, porém, é vista com ceticismo pelo presidente do Conselho Penitenciário. ``É bacana o Executivo criar um factóide, sair no jornal. Mas é impossível manter a cadeia vazia se não criarmos CDPs (Centros de Detenção Provisória). As prisões em Guarujá são constantes, duvido que a

SSP conceda vagas com a rapidez necessária", opinou.

MENORES

A situação dos menores recebeu atenção especial na denúncia à OEA. A ação enumera 14 adolescentes atualmente na cadeia, para quem são pedidas concessões de medidas cautelares afim de evitar risco de morte. "A única coisa que separa o xadrez dos adolescentes daqueles onde ficam os adultos é uma grade", salientou Carlão. O documento, com 65 páginas, traz também uma relação de 46 adolescentes que permaneceram custodiados na cadeia de Guarujá entre 2006 e 2007 com o tempo de permanência de cada um. Na maioria dos casos, esse período foi entre dois e três meses. O caso de L.F.P.P. é o mais grave, seis meses à espera de sentença. "Apelamos a um órgão internacional porque esgotamos todas as gestões possíveis no Judiciário e junto ao Ministério Público", explicou Carlão, que aguarda um posicionamento ainda esta semana para as denúncias.

O que é

Instituto Pro Bono

Formado por advogados voluntários, começou a atuar em 2001 nas áreas de promoção dos direitos das crianças dos adolescentes, mulheres, afrodescendentes, pessoas com necessidades especiais, meio ambiente, inclusive com consultoria

Conectas Direitos Humanos

A Ong Conectas tem o objetivo de promover o respeito aos direitos humanos por meio do fortalecimento de ativistas e acadêmicos no Brasil e no hemisfério sul, e fomentar sua interação com as Nações Unidas

Saiba mais

Unidade de Atendimento Inicial (UAI)

Prevista para ser instalada em

Guarujá, UAI desenvolverá um trabalho destinado a prestar o primeiro atendimento aos adolescentes que cometem atos infracionais no Estado, como determina ao artigo 175 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A unidade acolhe adolescentes pelo prazo máximo de 72 horas, antes de sua apresentação ao sistema de Justiça.

Além da anunciada promessa de desativação da cadeia, pela SSP, a situação prisional no Município deve melhorar com a criação de uma Unidade de Atendimento Inicial (UAI) para os menores aguardarem a sentença fora da cadeia. Para isso, o prefeito Farid Madi e a presidente da Fundação Casa (antiga Febem), Berenice Giannella, assinam, na próxima quinta-feira, às 15 horas, um protocolo de intenções para um convênio que prevê a construção do empreendimento ao lado do atual prédio da entidade, no bairro Santa Rosa. A construção da UAI já foi prometida pela Prefeitura e, se tudo correr como anunciado, o caso dos adolescentes dividindo espaço com presos adultos e as insólitas condições de sobrevivência dos detentos na Cidade estão com os dias contados. A Prefeitura vai bancar a construção, que deve custar algo em torno de R\$ 500 mil, e a Casa administrará. "O adolescente pertence ao Estado, o Município não tem nada a ver com a sua completa que, porém, oferece o mesmo trabalho de atendimento médico, psicológico e social de uma UAI.

DIFERENÇAS

"O NAI tem condições de receber juízes e promotores para uma audiência, oferece um sistema de semi-liberdade, mas tem um custo mais elevado porque demanda mais funcionários para atender um número menor de adolescentes", diferenciou o diretor da Fundação Casa de Guarujá, Vanderlei Vieira de Souza, que assumirá também a UAI.

Segundo Souza, o projeto da UAI prevê um imóvel entre 300 e 400 metros quadrados, com três dormitórios, e segue os padrões de segurança da Casa. A previsão é que as obras durem cinco meses, o que permitiria o início do funcionamento até o final deste ano. "A UAI só vai receber menores de Guarujá, diferente do que acontece com a unidade da antiga Febem da Cidade, que é regional. Lá, são atendidos 24 adolescentes na Unidade de Internação Provisória (UIP) e mais 48 na Unidade de Internação (UI), definitiva". O promotor de Infância e Juventude de Guarujá, Osmair Chamma Júnior, ressaltou que na UAI o menor não permanece, ainda, no sistema de atendimento como apreendido. "Ele terá acompanhamento médico, diferente da cadeia, onde fica simplesmente preso como um lixo". Chamma Júnior observou que o ideal para Guarujá seria a instalação de um NAI, mas está satisfeito. Para ele, a parceria entre a Prefeitura e a Fundação Casa é fundamental. "O Município não tem obrigação nenhuma com isso, mas o prefeito se comoveu com a situação", afirmou. Presidente do Conselho Penitenciário, Carlão avaliou que seria necessária uma estrutura maior na UAI prestes a ser criada, e promete fiscalizar para que a construção saia do papel o mais depressa possível. "A média são 15 adolescentes na cadeia, e a UAI só abrigaria 12. Isso deve ser um padrão da Febem, mas o Conselho pensa que é pouco".

UAI deve beneficiar menores

manutenção. Quem deveria arcar com tudo seria o Estado, mas precisamos ajudar a resolver esse problema", destacou a diretora de Proteção ao Direito da Criança e Adolescente da Secretaria Municipal de Ação Social, Roselei Aparecida Machado. A nova unidade terá capacidade para atender 12 adolescentes do sexo masculino. Será o primeiro equipamento do gênero na Baixada Santista. Em Santos, está em construção um Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), uma unidade mais

Frase

"O custo da recuperação social e psíquica destes garotos é muito grande. E em contato com presos adultos, como acontece hoje, ela se torna quase impossível"
Vanderlei Vieira de Souza, diretor da Fundação Casa

15
dias

é a média de permanência de menores apreendidos à espera da sentença de apenamento, na unidade, embora a lei limite em cinco

"É impossível manter a cadeia vazia se não criarmos CDPs"

Luiz Fernando Barros Carlão

PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIÁRIO

Relatório do MP apontou alto grau de comprometimento das celas, que apresentam problemas estruturais Nova unidade será erguida em terreno ao lado da Fundação Casa Para Roseli, Estado deveria arcar com custos da obra

EDISON BARAÇAL-16/8/06 FOTOS EDISON BARAÇAL